

Como garantir o acesso das mulheres na Política

No Ranking Mundial de Desigualdade de Gênero na Política, o Brasil está abaixo de países como o Afeganistão

Vários coletivos feministas, entre eles o movimento #MulheresNegrasDecidem, juntamente com o Ministério Público de São Paulo, construíram 2 (dois) projetos de leis, que têm como objetivo garantir que mulheres possam acessar os cargos de deputadas estaduais, deputadas federais e vereadoras, possibilitando que façam parte dos processos de tomada de decisão nas Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados e nas Câmaras de vereadores.

(Carta Capital, 17/09/2019 - acesse no site de origem)

Atualmente, a Câmara dos deputados, por exemplo, tem 513 cadeiras, sendo apenas 77 ocupadas por mulheres.

O cenário é ainda pior quando verificamos que dessas 77 cadeiras, apenas 13 são ocupadas por mulheres negras, sendo 9 autodeclaradas pardas e 4 autodeclaradas pretas.

É fato que a Lei das Eleições (Lei nº 9504/1997) prevê as cotas eleitorais de gênero, mas “apenas” para as candidaturas, garantindo uma certa falsa igualdade na disputa e sem garantir igualdade de resultado.

Isso porque se os partidos não se comprometem a alavancar as candidaturas de mulheres, ou seja, se não decidem investir nas campanhas das mulheres candidatas e continuam investindo majoritariamente nas campanhas de homens brancos cis, dificilmente mulheres candidatas serão eleitas.

A política pública que prevê as cotas eleitorais de gênero não impede, inclusive, que partidos políticos vitimizem mulheres lançando suas candidaturas para cumprir as cotas mas usando-as como candidaturas laranjas.

Ao contrário dos que pretendem derrubar essa política pública alegando essa possibilidade, de um certo modo pretendendo culpabilizar as vítimas, que no caso são as mulheres, há que se promover formas de impedir essas fraudes, e para além disso formas de concretizar o espírito dessa política que é fazer com que mulheres acessem o campo político e possam ser sujeitas nos processos de tomada de decisões.

Um dos Projetos de Lei tem o objetivo de alterar a Lei Complementar 78, de 30 de dezembro de 1993, para que no mínimo 50% (cinquenta por cento) do número de vagas para deputados(as) federais, estaduais e distritais sejam reservadas para mulheres, sendo a metade dessa reserva destinada para mulheres negras.

Essa reserva de metade para mulheres negras está sendo proposta tendo em consideração que

mulheres negras são mais que 27% da população brasileira, em que pese sejam apenas 13 mulheres na Câmara dos Deputados, por exemplo.

Mais de 27% da população brasileira significa o maior grupo demográfico brasileiro, que pelos números aqui apresentados apontam para uma sub-representação em nível alarmante, um déficit democrático que precisa ser urgentemente reparado.

Inclusive, esse é o debate que o movimento Mulheres Negras Decidem-MND faz enquanto movimento de mulheres negras comprometidas com o reposicionamento de temas da agenda pública e pesquisas centradas em dados, para além de oferecer formação política para mulheres negras.

Além disso, como nos ensinou Lélia Gonzalez, a categoria mulher não deve ser pensada como universal. Vejamos:

No Ranking Mundial de Desigualdade de Gênero na Política, o Brasil está abaixo de países como o Afeganistão

Vários coletivos feministas, entre eles o movimento #MulheresNegrasDecidem, juntamente com o Ministério Público de São Paulo, construíram 2 (dois) projetos de leis, que têm como objetivo garantir que mulheres possam acessar os cargos de deputadas estaduais, deputadas federais e vereadoras, possibilitando que façam parte dos processos de tomada de decisão nas Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados e nas Câmaras de vereadores.

Atualmente, a Câmara dos deputados, por exemplo, tem 513 cadeiras, sendo apenas 77 ocupadas por mulheres.

O cenário é ainda pior quando verificamos que dessas 77 cadeiras, apenas 13 são ocupadas por mulheres negras, sendo 9 autodeclaradas pardas e 4 autodeclaradas pretas.

É fato que a Lei das Eleições (Lei nº 9504/1997) prevê as cotas eleitorais de gênero, mas “apenas” para as candidaturas, garantindo uma certa falsa igualdade na disputa e sem garantir igualdade de resultado.

Isso porque se os partidos não se comprometem a alavancar as candidaturas de mulheres, ou seja, se não decidem investir nas campanhas das mulheres candidatas e continuam investindo majoritariamente nas campanhas de homens brancos cis, dificilmente mulheres candidatas serão eleitas.

A política pública que prevê as cotas eleitorais de gênero não impede, inclusive, que partidos políticos vitimizem mulheres lançando suas candidaturas para cumprir as cotas mas usando-as como candidaturas laranjas.

Ao contrário dos que pretendem derrubar essa política pública alegando essa possibilidade, de um certo modo pretendendo culpabilizar as vítimas, que no caso são as mulheres, há que se

promover formas de impedir essas fraudes, e para além disso formas de concretizar o espírito dessa política que é fazer com que mulheres acessem o campo político e possam ser sujeitas nos processos de tomada de decisões.

Um dos Projetos de Lei tem o objetivo de alterar a Lei Complementar 78, de 30 de dezembro de 1993, para que no mínimo 50% (cinquenta por cento) do número de vagas para deputados(as) federais, estaduais e distritais sejam reservadas para mulheres, sendo a metade dessa reserva destinada para mulheres negras.

Essa reserva de metade para mulheres negras está sendo proposta tendo em consideração que mulheres negras são mais que 27% da população brasileira, em que pese sejam apenas 13 mulheres na Câmara dos Deputados, por exemplo.

Mais de 27% da população brasileira significa o maior grupo demográfico brasileiro, que pelos números aqui apresentados apontam para uma sub-representação em nível alarmante, um déficit democrático que precisa ser urgentemente reparado.

Inclusive, esse é o debate que o movimento Mulheres Negras Decidem-MND faz enquanto movimento de mulheres negras comprometidas com o reposicionamento de temas da agenda pública e pesquisas centradas em dados, para além de oferecer formação política para mulheres negras.

Além disso, como nos ensinou Lélia Gonzalez, a categoria mulher não deve ser pensada como universal. Vejamos:

“É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existente no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica - racial e sexual - faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano.”

Já o outro Projeto de Lei propõe que o peso de ponderação na divisão de verba eleitoral (recebida pelos partidos políticos e ou coligações advindas do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) destinada aos(as) candidatos(as) nos anos eleitorais) seja de 2.0 para mulheres e 1.0 para homens nas candidaturas para a Câmara dos(das) Deputados(das) e também nas candidaturas para o Senado Federal.

Como o papel dos partidos possui muita relevância para que candidatos(as) sejam eleitos(as), já que o poder de distribuir a verba eleitoral para as campanhas fica nas mãos da direção dos partidos, atribuir peso maior para as candidaturas de mulheres poderá fazer com que o padrão de comportamento dessas diretorias na divisão da verba eleitoral deixe de reproduzir a exclusão de gênero que ocorre fora do campo político.

Estamos diante de um cenário que precisa ser modificado. No Ranking Mundial de Desigualdade de Gênero na Política, o Brasil está abaixo de países como o Afeganistão, que é um país com tradição de grande restrição de direitos para mulheres.

Trata-se de um momento ímpar da luta dos movimentos feministas em prol da implementação da igualdade de representação no campo político, inclusive se considerado o atual momento de investidas em retrocessos com ataques a direitos das maiorias que historicamente são minorizadas.

Com o objetivo de mobilizar a sociedade civil para o debate a respeito do tema, no dia 20 de setembro de 2019, as 8:30 horas, no prédio sede do Ministério Público de São Paulo, situado na rua Riachuelo, nº 115, Auditório Queiroz Filho, acontecerá um evento para dar visibilidade a importante iniciativa de promoção da igualdade prevista em nossa Lei Maior.

Para participar do evento é preciso fazer inscrição através do link bit.ly/plmulheresnapolitica

A luta pela sobrevivência da frágil democracia e ainda para que ela seja aperfeiçoada exige um comprometimento de todas e todos. A igualdade de gênero na política é também sobre isso.

É preciso estarmos atentos(as) e fortes, porque as conquistas históricas jamais caíram dos céus e tampouco nos deram por benevolência aqueles que sempre estiveram pretendendo manter o status quo de dominação.

Por Laura Astrolabio

TRAÍDAS PELA RENATA

Deputada acusada de usar candidatas laranjas agora quer flexibilizar cotas eleitorais para mulheres; bancada feminina entra em guerra contra “lei da maridocracia”

(Piauí, 06/09/2019 - acesse no site de origem)

Ré em duas ações sigilosas sob acusação de ter enganado candidatas para preencher a cota de mulheres na eleição de 2018, a deputada federal Renata Abreu (SP), presidente nacional do Podemos, decidiu legislar em causa própria. Provocou um racha na bancada feminina ao propôr um projeto de lei que flexibiliza o percentual de 30% de cotas para candidatas e, de quebra, reduz problemas como os enfrentados por ela na Justiça Eleitoral. O projeto de Abreu mantém como meta a cota mínima de 30%, mas abre uma brecha para que ela não seja alcançada - desobrigando, na prática, os partidos de reservarem 30% das candidaturas para mulheres, sem impor novo piso. A sigla que não cumprir essa cota perde as vagas ociosas, mas mantém os 30% de repasses do fundo eleitoral para as mulheres.

As ações contra Abreu foram apresentadas pelo Ministério Público eleitoral de São Paulo, sob acusação de que o Podemos recorreu a candidatas laranjas em 2018. As candidatas afirmaram ter sido usadas pela deputada apenas para preencher a cota feminina – sem nunca receber as contrapartidas prometidas, como recursos e estrutura de campanha. Segundo as denúncias, o Podemos preencheu os 30%, com vinte candidaturas femininas a deputada federal em São Paulo, mas não deu condições para que as candidatas tocassem suas campanhas, fazendo com que elas fossem posteriormente enquadradas como laranjas. A promotora Vera Lúcia Taberti, que acolheu as denúncias, avalia que o projeto de lei, se aprovado, enfraquecerá as ações em curso contra Renata Abreu. Se ele já valesse em 2018, aí “a ação não poderia nem ter sido proposta”. “O projeto autoriza, vamos supor, o preenchimento de vaga, depois as pessoas renunciam e só ficam aquelas que são as cartas marcadas. Favorece Abreu, não só em relação ao processo, como também o poder dela como presidente do partido para concentrar mais verba quando for candidata”, afirmou Taberti.

Hoje as duas ações (uma resultante das denúncias de candidatas a deputada estadual e outra das candidatas a deputada federal) pedem a anulação dos mandatos da coligação do Podemos, formada com o PHS e o PMB. Esse desfecho é, contudo, considerado menos provável. “A Justiça Eleitoral é mais política do que jurídica e sempre protege a soberania do voto, a vontade do eleitor. Por isso é muito difícil cassar mandato e conseguir êxito numa ação na Justiça Eleitoral”, constatou Taberti.

As mulheres que denunciaram a presidente do Podemos ao Ministério Público afirmam que ela prometeu distribuir igualmente entre as candidatas do partido 30% dos 36 milhões de reais destinados pelo fundo eleitoral, mas na hora da eleição deixou quase todas à míngua. A única que recebeu recursos vultosos foi Heida Woo, aquinhoadas com 700 mil reais. O repasse, segundo Abreu relatou a outras candidatas, seria o pagamento de uma dívida de seu pai, o ex-deputado José de Abreu, ao marido de Heida, o ex-deputado William Woo. Para as outras postulantes, sobrou pouco. Houve quem não conseguisse nenhum real dos fundos da legenda. A que mais recebeu levou 7 mil reais para a campanha.

Ao todo, Abreu destinou às correligionárias 900 mil reais, mas aplicou 2 milhões de reais na própria candidatura. O restante do dinheiro foi usado em todas as outras candidaturas de homens e mulheres pelo país, inclusive a cargos majoritários. Em outubro, a presidente do Podemos foi a única mulher eleita deputada federal por seu partido. “No início da campanha, em 2018, tivemos uma reunião. A deputada [Renata Abreu] pegou o microfone e disse que estava ali para alavancar as mulheres. Prometeu que todas teriam dignidade”, contou a advogada Noêmia Fonseca, que foi candidata pelo Podemos e representa outras doze mulheres na ação contra Renata Abreu. Na ocasião, algumas mulheres que estavam desanimadas decidiram se candidatar. A presidente do Podemos foi ovacionada. “É muito abraço e tapinha nas costas. Aquele blá-blá-blá deu resultado, as pessoas saíram iludidas.”

Segundo Fonseca, o partido prometeu reservar 40 mil reais para sua campanha, mas sua prestação de contas aponta receita de apenas 7 mil reais. A candidata obteve 983 votos. “Fomos usadas sem o nosso consentimento”, justificou. Também há casos como o de Fernanda Andrade, que recebeu 2.200 reais do Podemos e obteve 240 votos, e da Dra. Rosângela Zizler, que investiu 6,7 mil reais do próprio bolso e conquistou 362 votos. Esses desempenhos reforçaram a hipótese de candidaturas de fachada, levando a Procuradoria Regional Eleitoral a incluir como réus todos os integrantes da chapa, inclusive aqueles que não foram eleitos e fizeram a denúncia. Ou seja, as mulheres que se sentiram enganadas por Renata Abreu e levaram o caso ao Ministério Público também estão sendo processadas. O grupo de WhatsApp

que criaram ficou conhecido como “Traídas pela Renata”.

Enquanto as ações contra Renata Abreu correm na Justiça, no Congresso corre a batalha da bancada feminina contra o projeto das cotas. No entendimento de deputadas críticas à proposta, flexibilizar a cota prejudica a luta por maior participação feminina na política e abre caminho para a concentração dos 30% dos recursos partidários nas mãos de poucas. Por exemplo, se uma chapa vai lançar cem candidatos e tem 100 reais para investir em todos, hoje pelo menos trinta devem ser mulheres, que recebem no mínimo 30 reais. Se o texto for aprovado, o partido pode decidir lançar apenas dez mulheres e ficar com vinte candidaturas vagas – essas dez candidatas, porém, continuarão a receber 30 reais. O poder de decidir para quem irão os recursos do partido é de seus dirigentes.

“Significa que uma única mulher pode ficar com todos os 30% [dos recursos], e os homens, 70%”, afirmou a deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP). “Renata está raciocinando como presidente de partido e não como mulher. O partido tem de ser obrigado a colocar as mulheres na chapa e sofrer sanções por isso. Senão, não funciona”, criticou a deputada Soraya Santos (PL-RJ).

Pela legislação vigente, o partido que descumprir a cota de 30% sofre punições como a suspensão de repasses do fundo partidário ou a devolução de valores ao erário. Há ainda previsão de que o partido aplique no ano seguinte o montante que deveria ter investido no anterior, com a atualização monetária e possível acréscimo de 2,5% do total do fundo partidário recebido.

A discussão em torno do projeto de Renata Abreu tem origem tanto no ceticismo em relação à eficácia da política de cotas como nas novas regras eleitorais vigentes para 2020. Embora o número de deputadas federais no Brasil tenha aumentado 51% de 2014 para 2018, quando a bancada passou de 51 para 77 deputadas, a própria Abreu justificou a primeira versão de sua lei de cotas escrevendo que as cotas não eram a única razão para o aumento da representatividade feminina – depois ela apresentou um novo projeto, reformulado, com texto semelhante. “Não é razoável supor que exista discriminação de gênero que impeça candidaturas femininas a ponto de precisar de medidas extremas como a existente na legislação atual.” Em entrevista à **piauí**, ela explicou sua posição. “Claro que as cotas são fundamentais, mas eu nunca soube de nenhuma cota que, para favorecer um público, precise punir o outro. Quando uma universidade não preenche a cota de alunos negros, ela tira as vagas dos brancos? Isso não faz sentido.”

Para Abreu, como os partidos não conseguem preencher os 30% com candidatas competitivas, eles muitas vezes “obrigam” algumas mulheres a compor a chapa. “Muitas têm dificuldade de deixar suas vidas em segundo plano para se dedicar à política porque dependem dos maridos ou não têm quem fique com seus filhos.” O que interessa, diz a deputada do Podemos, é manter a obrigação de a legenda gastar no mínimo 30% do fundo com candidaturas de mulheres. “Vai ser mais eficiente, porque poderemos pegar novas mulheres e investir nelas.” Ela disse que a punição a quem não cumprir a cota feminina virá das urnas, não da Justiça. “Não é verdade que não haja punição para os partidos que não cumprirem a cota de mulheres. Manter vazia a vaga feminina é muito ruim para qualquer legenda, porque mesmo um candidato com poucos votos é melhor do que nenhum. Mas parte da bancada feminina só quer brigar”, afirmou Abreu. Segundo a presidente do Podemos, o texto evitará o lançamento de candidaturas laranjas – justamente a acusação que embasa as ações contra ela.

Sobre as acusações contra ela, a deputada respondeu em um segundo momento, por meio de sua assessoria de imprensa. Disse que o projeto de lei não tem nada a ver com a ação movida pelas candidatas do Podemos. Afirmou que as acusações “não tem pertinência”. “Não houve nem jamais haverá promessas para convencimento de candidaturas no partido. Falsas acusações serão levadas à Justiça.” Segundo ela, a distribuição dos recursos na legenda que preside leva em conta avaliação política e “potencial eleitoral analisado pelas executivas do partido, buscando sempre o melhor resultado para cada candidatura e considerando as necessidades individuais”.

Ninguém admite isso às claras, mas para os dirigentes partidários, mudar a política de cotas femininas seria um alívio. Como a partir de 2020 não serão mais aceitas coligações, quanto mais candidatos competitivos uma legenda tiver, maior a chance de garantir um bom quociente eleitoral – e, portanto, a sobrevivência. Muitos presidentes de partido encaram as cotas femininas como um obstáculo a mais para conseguir obter bom desempenho, embora Abreu diga discordar desse diagnóstico. “Candidatos laranja há homens e mulheres. O que interessa não é o sexo, é o voto.” Nas conversas com outras deputadas, porém, ela tenta convencer com um argumento bem concreto: sem precisar compor a chapa com candidatas laranja ou pouco competitivas, sobra mais dinheiro para aquelas que já estão enfronhadas na máquina partidária. Foi contra essa ideia que parte da bancada feminina se insurgiu, no início de agosto.

A versão anterior do projeto de lei, que flexibilizava ainda mais a cota, caminhava a passos largos na Câmara. Foi barrada pela articulação de deputadas contrárias, que somam quase a metade da bancada feminina de 77 integrantes. Abreu apresentou, então, a nova versão, e quer vê-la aprovada até 5 de outubro, a tempo de valer para as eleições municipais de 2020. Em meio à polêmica, Abreu preferiu recuar na quarta-feira (4), dizendo que tentaria chegar a um consenso com a bancada feminina para depois levar a nova versão à CCJ.

A batalha das mulheres ainda terá novos rounds. O grupo que se opunha ao texto anterior também é contra o atual. Entre elas, as deputadas se referem ao projeto como a “lei da maridocracia”. “Quem está a favor são filhas, esposas ou parentes de algum político, que terão financiamento garantido porque já fazem parte de um grupo consolidado”, avaliou Sâmia Bomfim. “Se não for obrigatório ter 30% de mulheres, muitas podem não ter garantia de que serão, de fato, candidatas.”

O futuro da questão está nas mãos de um homem: Rodrigo Maia (DEM-RJ). Caberá ao presidente da Câmara definir como será a tramitação do projeto e sua prioridade na Casa. Às deputadas Dorinha Rezende (DEM-TO) e Soraya Santos (PL-RJ), Maia disse que não tem pressa em votá-lo. Mas ressaltou que, se os líderes dos partidos quiserem pôr em votação, não poderá se opor. À **piauí**, o deputado disse que só vai mandar o projeto ao plenário se houver acordo na bancada feminina. A decisão fará toda a diferença, já que o resultado do debate poderá interferir nas eleições de 2020.

Por Thais Bolenky e Malu Gaspar

Mulheres de todo o Brasil reúnem-se na 3ª plenária da Frente Pela Legalização do Aborto

Nos dias 14 e 15 de agosto, logo após a Marcha das Margaridas, mulheres de todo o Brasil estiveram reunidas em Brasília na 3ª Plenária Nacional da Frente Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto. Estiveram presentes mais de 200 mulheres, com delegações de praticamente todos os Estados brasileiros, entre jovens, trabalhadoras rurais, indígenas, mulheres urbanas, representantes de centrais sindicais, fazendo desta uma plenária bastante diversa e representativa.

[\(Marcha Mundial das Mulheres, 22/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Entre os objetivos da plenária estavam a discussão sobre seu papel, seu funcionamento, e também sobre a atualização da plataforma política da Frente. Dessa forma, foram debatidas questões organizativas (como melhorar o funcionamento da frente, quais instâncias ela deve ter etc), mas também questões de conteúdo, com reflexões sobre quais pautas e quais debates devemos fazer para seguir com a luta pela legalização do aborto no Brasil, considerando a atual conjuntura de retrocessos.

Temas com a defesa do SUS, a autonomia das mulheres, o direito à escolha, a construção do 28 de setembro (dia latino-americano e caribenho pela legalização do aborto), entre outros, estiveram presentes durante toda a discussão. O principal desafio, no entanto, foi o de como enraizar esse debate nos estados e trazer mais pessoas para essa luta, de forma que seja uma pauta de toda a esquerda brasileira.

De acordo com Sonia Coelho, da coordenação nacional da Marcha Mundial das Mulheres e integrante do grupo impulsor da frente, apesar do cansaço depois da marcha das margaridas, foi de extrema importância a realização da plenária neste momento: “Quando conseguiríamos juntar esse tanto de pessoas, nessa qualidade, nessa diversidade, para fazer esse debate pela legalização do aborto? Conseguimos justamente porque fizemos junto da Marcha das Margaridas, que é uma marcha de mulheres feministas da classe trabalhadora. E é esse público que queremos ter nessa frente”.

Para Soninha, a realização da plenária neste momento também foi importante pois serviu como um fechamento dessa semana de mobilização feminista: “apesar desses limites, como o pouco tempo, foi super importante ter feito essa plenária nesse momento. Porque ela conseguiu concluir essa semana que foi uma semana de ocupação das mulheres em Brasília. Uma semana com uma marcha histórica das indígenas, uma Marcha das Margaridas imensa, muito posicionada contra Bolsonaro, terminando com essa Plenária Nacional da Frente, trazendo a participação de mulheres da classe trabalhadora, das centrais, do movimento feminista, com indígenas, trabalhadoras rurais, coletivos jovens”.

Ao final, o clima entre as mulheres foi de ânimo para voltar aos estados para repassar e discutir os desafios elencados pela plenária nacional, trabalhando assim o maior desafio colocado pelas participantes, o de enraizar a luta pela legalização do aborto no Brasil.

'Funil que restringe mulheres na política está dentro dos partidos', diz socióloga Fátima Jordão

Para Fátima Pacheco Jordão, maior representação feminina na política requer alterações nos mecanismos internos dos partidos, que favorecem antigas lideranças

(O Estado de S.Paulo, 31/07/2019 - acesse no site de origem)

A subrepresentação feminina política, [mostrada pelo Estado em especial no último fim de semana](#), é consequência de regras partidárias que freiam a construção de novas lideranças femininas, dizem analistas ouvidas nesta quarta-feira, 31. Embora seja a maior da história, a [representação das mulheres nas Assembleias Legislativas dos Estados não passa de 15%](#)- o mesmo percentual da atual legislatura da Câmara dos Deputados.

Para a socióloga Fátima Pacheco Jordão, as estruturas internas dificultam o aumento da participação das mulheres, e deveriam ser alteradas. "O grande funil que restringe participação de mulheres na política está dentro dos partidos, não está na legislação, não está na capacidade da mulher. É uma questão efetivamente dos mecanismos internos dos partidos políticos, dos mais tradicionais até os mais recentes", disse em entrevista à TV Estadão.

"A participação política da mulher no Brasil é uma das mais atrasadas da América do Sul. É uma questão dramática que segura o desenvolvimento social e econômico do País", afirmou.

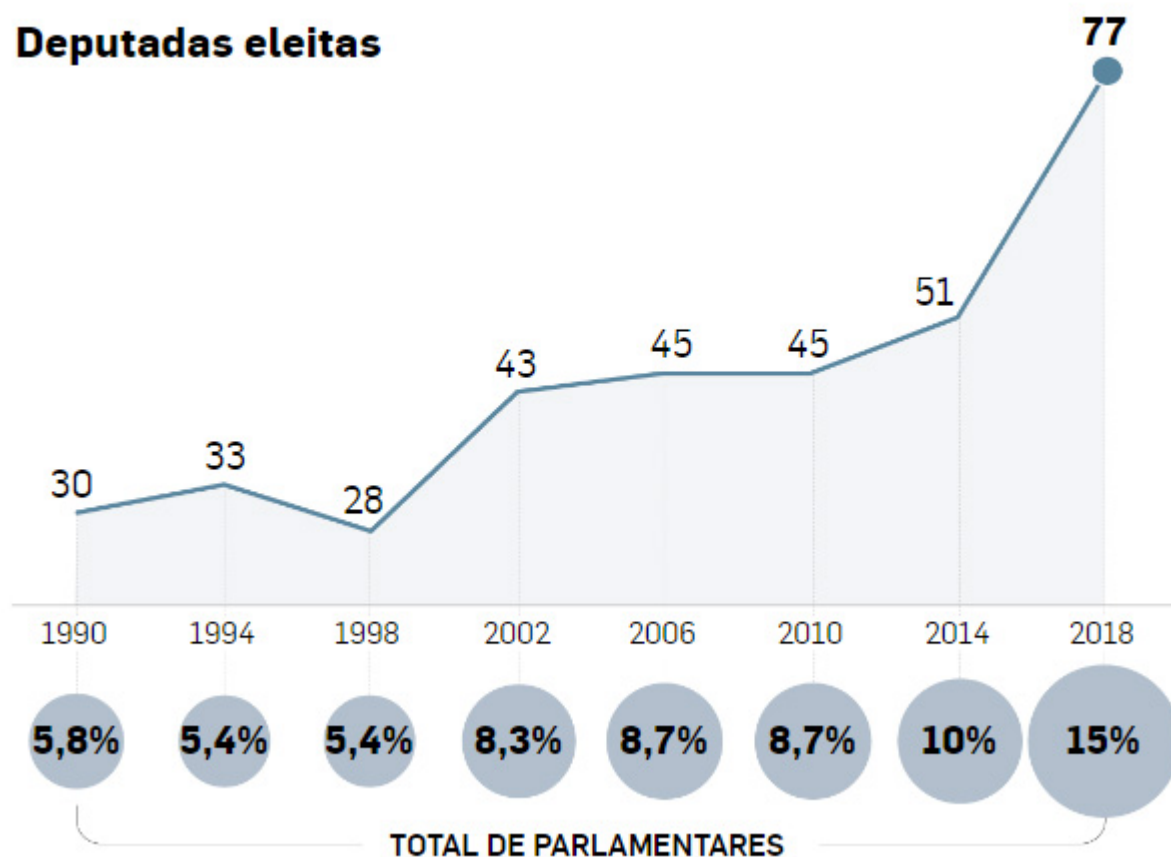
A professora da Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Associação Brasileira de Ciência Política, Flávia Biroli, também critica a falta de democracia interna dos partidos políticos. "Quantas mulheres os partidos indicam para as secretarias estaduais? E para as municipais? Isso também diz muito sobre como operam as barreiras informais que, na prática, comprometem a cidadania política das mulheres e reproduzem as desigualdades", questiona.

As duas especialistas defendem uma reforma política que garanta uma quantidade mínima de assentos para mulheres no Congresso Nacional, nas Assembleias Estaduais e nas Câmaras de Vereadores. A [luta pelo aumento da participação feminina política é pauta da Comissão da Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara](#), que tem como objetivo conseguir 20% de assentos mínimos para representantes do sexo feminino.

Mulheres na câmara

Representação ao longo das legislaturas desde a redemocratização

Deputadas eleitas



Fonte: Câmara dos Deputados

Por Paulo Beraldo e Vinicius Passarelli, especial para O Estado

[Mulheres negras destacam papel dos objetivos globais na eliminação do racismo](#)

As mulheres negras são 55,6 milhões de pessoas no Brasil. Representam 25% da população e compõem um dos grupos mais vulneráveis ao racismo, machismo e outras formas de discriminação. Os efeitos dessas desigualdades impedem que elas vivenciem direitos em todo o ciclo de vida, porque não acessam ou acessam pouco as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental oferecidos à população brasileira.

[\(ONU, 29/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Reconhecendo as mulheres negras como sujeitas de direitos e sujeitas políticas, a ONU Mulheres Brasil desenvolve, desde março de 2017, a estratégia de comunicação e advocacy Mulheres Negras Rumo a Um Planeta 50-50 em 2030 em parceria com organizações e

entidades nacionais do movimento de mulheres negras para resposta às demandas da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida no ano de 2015.

Parceira da sociedade civil representada no Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, a ONU Mulheres Brasil apoia estratégias para avançar a resposta do país em relação às metas da Agenda 2030 e seus [17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#).

“Assim que os ODS foram anunciados pelos países, percebemos que outra vez as mulheres negras e os grupos vulneráveis estavam de fora desse debate. (...) Vimos que era necessário que novamente as mulheres negras tomassem rédeas desse processo”, considera Lúcia Xavier, integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, parceira da ONU Mulheres Brasil, e coordenadora de Criola - Organização de Mulheres Negras.



Lúcia Xavier em diálogo sobre ODS articulados com as dimensões de gênero e raça. Foto ONU Mulheres | Mayara Varalho

Segundo Lúcia, os ODS trazem desafios práticos e mensuráveis para a inclusão social da população negra por meio de metas e indicadores de progressos que visam monitorar investimentos, avaliar políticas e inovações para eliminar desigualdades.

“Para que essa agenda se afine um pouco mais é preciso divulgar não somente os ODS, mas as possibilidades de incorporação das mulheres negras nesse processo. Talvez a maneira mais concreta de fazer isso seja (...) olhar os ODS como uma oportunidade e enegrecê-los a ponto de poderem dar resposta às condições da população negra e das mulheres negras”, diz Lúcia Xavier.

Para Clátia Vieira, também integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 e coordenadora do Fórum Nacional de Mulheres Negras, um dos momentos importantes de abordagem os ODS com foco no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça foi no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrido em dezembro de 2018, em oficina com cerca de 40 lideranças nacionais e estaduais além de mulheres negras da Colômbia e do Uruguai.

“Embora a gente tenha uma representação nacional, é sempre bom ouvir, apresentar os ODS para quem não conhecia. E foi muito boa a dinâmica de as pretas se colocarem a partir dos 17 ODS, falando sobre a região onde vivem e militam e fazer propostas. A oficina trouxe uma demanda para a nossa agenda. Se a gente está falando de uma pauta de mulheres negras, a gente não tem o porquê de ficar isolada numa decisão”, avalia Clátia Vieira.

No Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos, duas oficinas abordaram os ODS e a Década Internacional de Afrodescendentes - uma para lideranças nacionais e estaduais e outra para comunicadoras e ciberativistas -, atividades conjuntas do Comitê Mulheres Negras 2030, ONU Mulheres e organização do encontro nacional.

“Foi um primeiro momento de aproximação das organizações de mulheres negras organizadas sobre um conjunto de ferramentas de direitos acordados até 2030. Estes direitos apontam uma

oportunidade para o enfrentamento do racismo e da dívida histórica do nosso país com as mulheres negras. Essa é uma agenda já consolidada e com um conjunto de informações e o que falta ser feito daqui para frente”, conta Lúcia Xavier.

Ana Lúcia Pereira, integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 e componente da Agentes de Pastoral Negros, considera que “a forma como nós falamos sobre os ODS é um tanto distante das mulheres”. E constata a necessidade de inovar nas maneiras de abordagem das mulheres negras, um dos grupos mais vulneráveis às desigualdades sociais.

“Na oficina, cada mulher negra falou do lugar onde está qual dos objetivos que ela se identificava. Foi interessante porque ela percebeu que ela já trabalha esses ODS e pode contribuir conosco para que possamos identificar onde podemos estar e de que forma podemos fazer essa troca de conhecimento, sendo que a oficina foi apenas um exemplo de tudo aquilo que pode ser realizado.”

Pluralidade e inovação

Na visão da especialista em educação, gênero e relações raciais Suelaine Carneiro, facilitadora da oficina com lideranças nacionais e estaduais do movimento de mulheres negras, “os 17 objetivos dizem respeito a desafios para o planeta”. “Essa permanência da feminização da pobreza em famílias de mulheres negras é um desafio gigantesco a gente ter um outro planeta em 2030. A paridade de gênero e o enfrentamento ao racismo são agendas que se apresentam decisivas para a gente ter uma nova condição social em todos os países desse mundo”.

De acordo com Suelaine Carneiro, é fundamental a inclusão das mulheres negras no conjunto de parcerias destacadas para a implementação dos ODS não somente pela vulnerabilidade delas, mas pela capacidade de inovação que suas visões de realidade e mobilização social em comunidades pode agregar aos esforços do Brasil com o desenvolvimento sustentável.

“O que as mulheres negras discutem são as condições sociais da população brasileira, em particular as condições do grupo mais vulnerável que são as mulheres negras. Elas trazem pluralidade para pensar política pública, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Década Internacional de Afrodescendentes e o compromisso global para reversão das condições sociais da população negra”, alerta.

A jornalista Cleidiana Ramos, facilitadora da oficina com comunicadoras e ciberativistas, ressalta os desafios trazidos pelas novas tecnologias e tendências no ambiente digital. “A gente está numa segunda fase de revolução digital que mexe com linguagens, e a gente tem vários desafios. O principal talvez é como a gente consegue falar para o nosso público a partir de formas em que mudam as próprias formas de relacionamento com as plataformas”.

Ramos lembra que as mídias digitais ainda têm vasto potencial a ser explorado em termos de mapeamento e produção de conteúdos. “Quando utilizamos algumas dessas ferramentas, vimos que discussões sobre documentos-chave, como os documentos da Conferência de Durban e ODS, eles estavam praticamente ausentes do mapeamento em ambiente digital. É uma amostra do quanto a gente tem que estar conversando, a gente tem que estar se conectando e pensando em como aprofundar os nossos conteúdos. Mesmo que de uma forma leve, a gente não pode perder essas referências que qualificam esse debate”.

Mulheres Negras nos ODS

As mulheres negras são 55,6 milhões de pessoas no Brasil. Representam 25% da população e compõem um dos grupos mais vulneráveis ao racismo, machismo e outras formas de discriminação. Os efeitos dessas desigualdades impedem que elas vivenciem direitos em todo o ciclo de vida, porque não acessam ou acessam pouco as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental oferecidos à população brasileira.

Reconhecendo as mulheres negras como sujeitas de direitos e sujeitas políticas, a ONU Mulheres Brasil desenvolve, desde março de 2017, a estratégia de comunicação e advocacy Mulheres Negras Rumo a Um Planeta 50-50 em 2030 em parceria com organizações e entidades nacionais do movimento de mulheres negras para resposta às demandas da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida no ano de 2015.

Por meio do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, as ações são desenvolvidas junto a parcerias governamentais, do setor privado, da academia e diferentes setores da sociedade em apoio ao mandato da ONU Mulheres no país de apoio à implementação dos ODS. Em abril de 2019, o Comitê se reuniu, na Casa da ONU, em Brasília, para avaliação de ações desenvolvidas desde 2017 e plano de trabalho 2019-2020 integrado ao planejamento da ONU Mulheres Brasil.

Saiba mais: onumulheres.org.br/mulheresnegras

Marielle Franco vira símbolo mundial de resistência na Europa. Por quê?, por Nina Lemos

Andando pelas ruas da Alemanha no mês do orgulho gay (celebrado em julho) é possível dar de cara com vários cartazes com a imagem de Marielle Franco. Seu rosto, com as cores do arco íris, está ao lado de um texto que diz: “marche e proteste com orgulho”. O texto é referência às marchas do orgulho gay que acontecem em todo o mundo.

(Universa, 29/07/2019 - acesse no site de origem)

O poster foi feito pela Anistia Internacional Alemã, que decidiu, nesse ano, que Marielle (juntamente com outros três ativistas LGBT) deveria ser uma das homenageadas dentro da campanha “Coragem precisa de proteção.”

Não é só na Alemanha que Marielle é lembrada. A imagem e a história da vereadora, assassinada em 2018, roda o mundo. Em setembro, será inaugurado um parque com seu nome em Paris. Em Portugal, uma rua deve ganhar o nome dela. A decisão foi aprovada por unanimidade por todos os parlamentares da cidade. Ela rompeu a barreira do Brasil. Virou um símbolo internacional para todos que lutam pelos direitos humanos. Por quê?

Caso emblemático

No caso da campanha alemã, Marielle é homenageada junto com outros três ativistas: Zak, ativista LGBT grego que foi assassinado em circunstâncias ainda não esclarecidas. Alejandra, uma mulher trans de El Salvador que, depois de lutar mais de dez anos pelos direitos LGBTs está presa nos Estados Unidos por mais de 1 ano, e Luna, uma mulher trans da República Dominicana que luta pelos direitos dos trabalhadores sexuais e foi torturada e estuprada pela polícia.

Além dos pôsteres, a Anistia Internacional Alemã tem tirado fotos de participantes de paradas de orgulho LGBT e colocando nelas um adesivo de “justiça para Marielle”. Eles também distribuem cartões com a imagem da carioca para que pessoas de todo o mundo mandem cartas para o governo brasileiro pressionado por justiça.

“O caso é emblemático para muitos defensores dos direitos humanos em todo o mundo. Ela foi muito corajosa, uma lutadora maravilhosa pelos direitos humanos e pelos direitos dos marginalizados. Ela foi discriminada e vitimada por várias razões, por vir de uma situação econômica pobre, por sua cor, sua identidade sexual e sua orientação sexual.

Quando defendemos seu caso, estamos não apenas tentando criar uma situação melhor para ela e sua família, mas também para tentar esclarecer seu caso”, diz Sarah Fremberg, assessora da Anistia Internacional em Berlim.

Segundo ela, é um exemplo e uma lembrança para que outros casos como o dela não se repitam. “Nós queremos cuidar do seu caso como um exemplo para vários outros defensores dos direitos humanos do mundo, para que aqueles que tentam melhorar a qualidade de vida dos grupos que são discriminados no mundo todo possam ter segurança”, diz Sara.

A Anistia Internacional, além dessa campanha, segundo Sara, trabalha junto com a organização no Brasil para pressionar o governo a esclarecer e fazer justiça ao caso Marielle.

Parque Marielle Franco

Segundo a historiadora francesa Maud Chirio, especialista em Brasil, Marielle representa um ponto de mudança na história do Brasil. “Foi o momento em que ficou realmente claro que o país estava entrando em um momento mais autoritário e reacionário. Algo foi rompido ali, e isso ficou claro em todo o mundo, acendeu um alerta”, diz. “Ela era uma mulher negra, favelada, bissexual e que não temia os poderosos, isso faz dela um símbolo de luta e coragem para o mundo inteiro”, diz. Maud é integrante do RED (Rede Européia pela Democracia no Brasil), um dos grupos responsáveis pela conquista da praça com o nome de Marielle Franco.

“O que achamos mais importante, e celebramos, é o fato dela ganhar um espaço onde sempre será lembrada, onde a placa não será arrancada”, ela diz, se referindo ao fato dos vereadores que quebraram uma placa com seu nome. “Ela não pode ser esquecida.

Esse é nosso trabalho e é importante deixar claro que muita gente no mundo, além do Brasil, reconhece isso e não deixará sua memória sumir”, diz.

Especialista em história brasileira desde o início dos anos 2000, Maud vê no exemplo dela também a opressão que mulheres enfrentam ao fazerem parte do ambiente político no mundo todo. “Ainda são raras mulheres na política. E elas muitas vezes são vítimas de ódio. No caso de Marielle, é terrível, porque além de ter sido assassinada por saber demais, ser corajosa e

significar tantas coisas, ela continua sendo odiada até hoje.

Arrancar uma placa de rua com seu nome, como aconteceu no Brasil, é uma violência muito grande. É querer apagar completamente a pessoa. Ela não pode ser esquecida.”

“A sociedade precisa tomar medidas para proteger com muito cuidado aqueles que lutam contra a discriminação, o racismo e a injustiça. A política não deve dividir os interesses das pessoas. Os políticos deviam se unir para proteger aqueles que estão em uma situação mais vulnerável que eles. Todo mundo pode fazer alguma coisa contra discriminação e injustiça”, diz Sara. Lembrar da vereadora e pedir justiça para elas, segundo Sara, faz parte daquilo que qualquer um pode fazer. E, não, ela não pode ser esquecida.

Nina Lemos é jornalista e escritora, tem 46 anos e mora em Berlim. É feminista das antigas e uma das criadoras do 02 Neurônio, que lançou cinco livros e teve um site no UOL no começo de 2000. Foi colunista da Folha de S. Paulo, repórter especial da revista Tpm e blogueira do Estadão e do Yahoo. Escreveu também o romance “A Ditadura da Moda”.

Apesar de política pró-agrotóxicos, margaridas resistem, por Giulliana Bianconi

Na Marcha das Margaridas, mulheres produtoras do campo e da floresta, indígenas e quilombolas ocuparão as ruas de Brasília, apoiadas pelas mulheres urbanas

(Época, 28/07/2019 - acesse no site de origem)

Existem poucas coincidências em Brasília. Três dias após o presidente Jair Bolsonaro afirmar que “falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”, a lista de agrotóxicos liberados no país teve 51 novos produtos e fórmulas aprovados pelo Governo (Anvisa, Ibama e Ministério da Agricultura). Ponto para o agronegócio, que tem na ministra da Agricultura, Tereza Cristina — a líder da Bancada Ruralista no Congresso —, uma entusiasta da flexibilização das regras para fiscalização e aplicação dos agrotóxicos.

O contraponto a essa figura feminina não feminista e tudo que ela endossa à frente de um ministério pouco interessado até o momento em discutir o setor agrícola para além do agronegócio será feito por milhares de mulheres que se organizam para a Marcha das Margaridas. De acordo com as organizadoras, são esperadas 100 mil mulheres na capital federal daqui a duas semanas.

A soberania alimentar é uma das bandeiras da Marcha das Margaridas. As mulheres produtoras do campo e da floresta, indígenas, quilombolas ocuparão as ruas de Brasília, apoiadas pelas mulheres urbanas, para reivindicar um Brasil que ainda é numeroso: o dos

produtores locais que querem defender sua cultura alimentar e a diversidade dos modos de distribuição e consumo dos alimentos. Uma reivindicação que fala, inclusive, sobre a gestão do campo. De acordo com dados do Censo Agro (IBGE, 2017), o campo agrário, assim como a cidade, reflete também o avanço histórico das mulheres nos espaços de produção. Entre 2006 e 2017, o total de estabelecimentos agrícolas conduzidos por produtoras saltou de 12,7% para 18,6%. Há estados em que essa taxa, de mulheres produtoras, passa dos 20%, como Bahia, Pernambuco e Maranhão.

Do estado governado por Flávio Dino, recentemente chamado de “governador de paraíba” pelo presidente da República, sairão pelo menos 70 ônibus organizados. “É o maior grupo que já foi para a Marcha das Margaridas partindo daqui do Maranhão”, me disse a professora de filosofia Lavínia Moreno. Integrante do Coletivo de Mulheres do Maranhão, do Fórum de Mulheres Maranhenses e do Fórum de Filosofia do Maranhão, ela vai pela primeira vez à Marcha — que acontece a cada quatro anos, desde 2000. “Não havia como não ir neste ano, precisamos fazer a resistência a esse governo.” Em Pernambuco, estão confirmados 42 ônibus, somando cerca de 2 mil mulheres.

“Vamos a Brasília dizer que não há o que conversar com o presidente da República”, me revelou Raisal Rabelo, que integra ainda a Marcha Mundial das Mulheres, movimento feminista iniciado naquele mesmo 2000. Ela afirma que há 19 anos, quando as duas marchas começaram, existia uma perspectiva de diálogo com o governo Fernando Henrique Cardoso, mesmo que a política econômica fosse bastante liberal. “Agora vamos lá para ocupar nosso espaço, como uma forma de protesto”, diz. Em 2015, governo Dilma, o tom era bem diferente, e representantes da Marcha das Margaridas chegaram a entregar a pauta do movimento ao então ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rosseto.

Parte das mulheres que estarão marchando e que assumem essa face mais combativa nesta edição da Marcha produz alimento sob os conceitos da agroecologia, e isso significa que renegam sementes transgênicas e pesticidas [extremamente](#) tóxicos (na lista de 51 novos agrotóxicos aprovados recentemente, 17 estão classificados como extremamente tóxicos), prezam pela biodiversidade, pela preservação e conservação ambiental. Sem dúvida, um Brasil à parte de Brasília.

Por Giulliana Bianconi

Representação feminina nas Assembleias não passa de 15%

Levantamento mostra a participação de mulheres nos parlamentos dos 26 Estados e do Distrito Federal; apesar de a atual legislatura ter atingido a maior presença de deputadas nos legislativos estaduais, ela ainda é muito inferior à dos homens

(O Estado de S.Paulo, 27/07/2019 - acesse no site de origem)



De cada 100 deputados estaduais brasileiros, **15 são mulheres**. Dos 1.060 eleitos em 2018 para os legislativos nos Estados, **163 são mulheres**. Ainda que esta seja a maior participação feminina alcançada nos parlamentos brasileiros, ela é um retrato da subrepresentação. No Amapá, um terço das cadeiras é ocupada por mulheres, enquanto no Mato Grosso do Sul nenhuma parlamentar tem vaga na assembleia local.

A baixa representação feminina na política tem fatores sociais, culturais e econômicos e não está livre de freios. Passa pela divisão sexual do trabalho, que toma mais tempo e energia das mulheres, e chega à resistência de dirigentes partidários em abrir espaço para lideranças femininas, o que colabora para reproduzir o caráter masculino da política.



“É uma das muitas dinâmicas sociais em que a reprodução das hierarquias vai sendo justificada pelas posições, experiências e interesses dos que hoje estão em vantagem nessas mesmas hierarquias”, afirma a pesquisadora **Flávia Biroli**, professora da Universidade de Brasília e presidente da Associação Brasileira de Ciência Política.

No Congresso Nacional, líderes de partidos trabalham com a possibilidade de **reduzir de 30% para até 10%** o percentual mínimo de candidatas mulheres a cargos no Legislativo. Também discutem um abrandamento das punições para legendas que não seguirem as regras.

Veja todos infográficos da reportagem [neste link](#).

Por Paulo Beraldo e Vinicius Passarelli / Infografia: Edmilson Silva, Gisele Oliveira e Marcos Brito / Colaborou: Ana Luiza Carvalho

[25 de julho: A visibilidade da mulher negra e a luta para romper o silêncio](#)

A data oportuniza a discussão sobre os meios para superar a opressão histórica sobre as mulheres negras

[\(Brasil de Fato, 25/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Mesmo pertencendo a maior parcela da população, uma vez que vivemos em um país no qual temos uma maioria de negros e mulheres, as mulheres negras permanecem sendo as mais exploradas e negligenciadas socialmente. Realidade que pode ser constatada nos dados que tratam do mercado de trabalho, no mapa da violência ou na representatividade política. A

frente e por trás disso, o racismo e preconceito, cada vez mais arraigados. O dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Afro-Latina, Americana e Caribenha e também Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, é uma boa oportunidade para a reflexão sobre essa situação.

No país, elas são 55,6 milhões, chefiam 41,1% das famílias negras e recebem, em média, 58,2% da renda das mulheres brancas. Os dados foram extraídos do [Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça](#), de 2015, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Já no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o último Censo, em 2010, a população negra é de 22%. Sendo esse percentual baseado na autodeclaração, a estimativa variável é que haja 17% de mulheres negras. Cabe observar que ao falar de mulheres negras, estão as mulheres pretas, pardas (de diversas miscigenações).

Quando observamos os dados de homicídios, os dados não são nada animadores. De acordo com o [Atlas da Violência 2019](#), foram registrados 4.936 assassinatos de mulheres em 2017, sendo que 66% das vítimas é negra, morta por armas de fogo, tendo boa parte acontecido dentro de casa. Na política, dados da campanha [Mulheres Negras Decidem](#) apontam que, em 2018, dos 513 parlamentares, apenas 10 eram mulheres negras.

No mercado de trabalho, de acordo com Lucia Garcia, economista do Dieese e especialista em mercado de trabalho, em 2017, quando ultrapassávamos o período em que a crise brasileira e latina se tornou crônica, se observa que as mulheres negras voltam a enfrentar taxas de desemprego (21,1% da Força de Trabalho negra feminina) muito mais altas que as mulheres não negras (11,1%) e do que os homens não-negros (9,4%), tornando-se assim o grupo mais vulnerável ao desemprego.

“Além disso, quando obtiveram ocupações, as negras estavam em maior proporção em inserções vulneráveis, como o assalariamento ilegal (sem a CTPS assinada), 6,6% das ocupadas negras, enquanto entre as não-negras essa proporção era de 3,8%. Enclaves produtivos associados ao trabalho pesado e pouco valorizado também tradicionalmente são os lugares da mulher negra, como o emprego doméstico, que absorvia 23,4% das negras ocupadas, ao passo que apenas 11,5% da não negras. [Como resultante desse quadro, a remuneração das negras tem ficado muito aquém de outros segmentos populacionais](#) (68% do rendimento médio dos homens não negros)”, aponta.

“No período recente, as mulheres negras conheceram melhoria em sua condição no mundo do trabalho, sobretudo entre 2005 e 2014, mas tão logo o esgotamento do modelo do governo democrático-popular se apresentou, sendo substituído pelo austericídio, a condição dessa população piorou rapidamente”, conclui.

Para além dos números

Além de confrontar os números, há a realidade subjetiva que precisa ser analisada quando falamos da luta e resistência das mulheres negras, subjetividade observada no silenciamento e abafamento de suas vozes. Para a doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Winnie Bueno, o pacto narcísico da branquitude e as novas formas de silenciamento da violência racial são duas características contemporâneas que aprofundam os desafios do combate ao racismo no Brasil. “Estamos sendo governados por um presidente que nega a existência do racismo. Isso é grave, isso é bastante sério e isso faz com que o governo possa se omitir de enfrentar o racismo enquanto problema social”, ressalta.

Ela destaca que as mulheres negras vivem uma tensão dialética entre ativismo e opressão, o que faz com que os momentos de maior violência sejam também momentos de ampliação de formulações políticas, educacionais e estratégicas. “É um momento onde direitos dos grupos oprimidos estão sendo mais diretamente atacados, e isso impacta na vida de mulheres negras, mas é também nesses momentos que as formulações e estratégias políticas desenvolvidas por essa coletividade adquirem complexidade”.

No que diz respeito ao Sul do país, para além de todos os desafios relacionados ao racismo e ao sexismo, temos a questão da invisibilidade, frisa Winnie. “A narrativa que não existem pessoas negras no Sul faz com que a nossa atuação seja mais dificultada. A primeira organização de mulheres negras do Brasil nasceu aqui, a ONG Maria Mulher, da educadora Maria da Conceição Fontoura. Entretanto, não é nacionalmente reconhecida e celebrada como é Sueli Carneiro, por exemplo. Essas mulheres são contemporâneas, ativistas fundamentais para a luta de mulheres negras, mas a dinâmica de marginalização das mulheres negras no sul oculta trajetórias”, conclui.

Pioneira

A ONG Maria Mulher foi a primeira organização a juntar feminismo e movimento negro no país. Ela foi construída em 1987, momento da redemocratização do país. Na época, de acordo com Sandra Maciel, uma das coordenadoras da ONG juntamente com Maria Conceição Lopes Fontoura, o movimento negro tinha as suas pautas mas as mulheres negras estavam construindo as suas próprias formas de enfrentamento ao racismo e ao machismo. Ao se analisar a situação das mulheres negras no estado, afirma, “Estamos por nossa própria conta, fazendo os caminhos, criando oportunidades, porque ainda somos as últimas da pirâmide em uma sociedade racista e sexista”.

Em relação aos avanços, Sandra destaca a conquista em postos de trabalho, onde eram vistos somente pessoas não negras. “Colorimos as universidades do Brasil afora”. Em contrapartida os retrocessos, aponta, são os a sociedade está vivendo na questão da reforma da aposentadoria, nas mudanças das leis trabalhistas, nos ataques na educação. Ao abordar a questão dos números de violência às mulheres negras, Sandra, frisa que a precariedade das condições sociais, econômicas, psíquicas faz da mulher negra uma vítima potencial de quase todos os tipos de violência e nisso está incluso os homicídios e feminicídios.

Mídia (jornalismo), judiciário e mercado editorial

Esses três segmentos, assim como em tantos outros, refletem a imagem e presença da mulher negra na sociedade como um todo, onde a estética não é aceita, a história é invisibilizada e a voz abafada.

Para a jornalista Jeanice Dias Ramos, as dificuldades não terminaram para as mulheres negras jornalistas, mas apesar de todos os percalços, ela acredita que a nova geração traz uma nova esperança e perspectiva. “Nós, jornalistas negras, com eu, a Vera Daisy, a Vera Cardozo, a Delcinara Nascimento, passamos por uma etapa muito difícil. Éramos muito solitárias nas redações, uma no meio de uma multidão. Isso está alterando, é um grãozinho de areia, mas está alterando. As novas jornalistas negras estão abrindo mais espaço, e não é um processo tão doloroso como foi o nosso. Os tempos são outros, as mentalidades não estão tão enraizadas”, acredita.

A também jornalista e repórter, Fernanda Carvalho, enfatiza que ainda se está muito aquém do

ideal. “Temos que seguir caminhando e abrindo espaços”, afirma. Tratando da presença das mulheres na mídia e no jornalismo, Fernanda pontua que duas questões precisam ser vistas: a visibilidade e a representatividade. “Visibilidade é bacana, é bom vermos mais profissionais negras diante da tela, por exemplo, mas ainda precisamos estar nos outros espaços: redatores, editores, pauteiros.. Aí entra a representatividade. Temos que ter voz ativa nos espaços decisórios”, analisa.

De acordo com ela, na prática, infelizmente, depende-se de uma profissional negra em muitas redações para que as pautas ganhem espaço. “De uma maneira geral, quem pensa o jornalismo não é ainda sensível neste sentido. E quando é, parece que ainda não o suficiente. Ainda temos muito a avançar, mas também é importante vermos que já caminhamos neste sentido”, observa.

Ao se falar de espaços de poder, a juíza Karen Luise Vilanova Batista de Souza Pinheiro, da 1ª Vara do Júri de Porto Alegre, relata que as mulheres negras não ocupam esses espaços, que a ausência é visível em todos eles: executivo, legislativo e judiciário. “Essa condição gera um saldo negativo de vocalização de demandas próprias, precarizando condições de sobrevivência. Quem melhor pode dizer sobre a escola, o saneamento básico, o sistema de saúde, a habitação, o salário para uma mulher negra do que ela própria? Ninguém. Portanto, vivemos um quadro dramático”, analisa.

No setor Judiciário, Karen aponta que a realidade é de um setor branco e do gênero masculino. “Realizamos a justiça com esse viés unidimensional sobre o mundo. Não há pluralidade e diversidade no Poder Judiciário. Represento menos de 1% da magistratura feminina preta brasileira”, afirma. A magistrada conta que na maioria das vezes, em encontros com estudantes, eles dizem nunca terem visto uma juíza negra.

“O que significa dizer que gerações não constituem sua identidade de forma positiva, compreendendo como possível estarem em determinados lugares e exercerem certas funções. Ao contrário, mulheres negras constituem-se de modo negativo, percebendo-se como incapazes de ocupação de espaços e de exercício de poder. Acaso as coisas permaneçam como estão, nada mudará”, reflete. Para ela, vive melhor a mulher negra e sua família quando lhe são garantidos direitos sociais e trabalhistas.

No mercado editorial a jornalista e editora literária Fernanda Bastos, da editora Figura de Linguagem, diz que o segmento é muito similar aos outros espaços. “O racismo é estrutural, e o mercado editorial reflete essas opressões de gênero, raça e classe. Avanços têm sido conquistados, especialmente a partir do século 21, por conta da organização das mulheres negras, mas os ganhos coletivos surgem lentamente”, observa.

Pode-se ter uma ideia das dificuldades enfrentadas, conforme Fernanda, ao pensar no fenômeno literário do século 20 que foi Carolina Maria de Jesus, em como foi difícil para ela se inserir e como, até hoje, tentam deslegitimar seus feitos e sua obra. “Mesmo sendo esse arrasa-quarteirão em vendas e trazendo a perspectiva dela, o lugar de fala, ainda assim houve estranhamento e rejeição do mercado”, pontua.

Na avaliação da editora, escritoras africanas que são sucesso de venda, como Chimamanda Ngozi Adichie, têm demonstrado que a experiência negra no mundo tem qualidade literária é vendável e contribui para uma nova perspectiva quando o assunto é literatura feita por mulheres negras. “Essas autoras mundialmente conhecidas alargam as possibilidades de consumo para outras mulheres negras, pois há um público que há muitos anos vinha sendo

desprezado e que hoje começam a ser atendidos. Os êxitos de vendas e de projeto literário de Conceição Evaristo, Geni Guimarães e Ana Maria Gonçalves são exemplares do poder das narrativas de mulheres negras no Brasil”, afirma

Fernanda Carvalho sintetiza os desafios das mulheres negras em fazer com que suas pautas sejam vistas de maneira tão universal como outras pautas são. “Por exemplo, não vemos o genocídio da juventude negra ser tratado pela mídia - generalizando - como um problema do país. Parece que é um problema só nosso. Se é a mãe negra que chora, a gente que se resolve”, exemplifica. “Não há retrocesso maior do que voltarmos a dizer nos dias de hoje que somos todos iguais. Ou, pior ainda, que racismo nem existe. Não vamos deixar o mito da democracia racial, que só nos atrasou na luta por equidade, volte e ganhe força novamente. Vamos seguir em frente, honrando os passos daquelas que vieram antes de nós e pelas mulheres negras que darão continuidade a nossa luta”, finaliza.

Resistência e luta

“O 25 de julho nos lembra de nossos desafios, de nossas dores, mas também nos unifica. É um momento importante para debatermos os meios para superarmos a opressão histórica que opera em diversos níveis sobre as mulheres negras. Se o momento político é desfavorável para os ativismos, não é novidade para as mulheres negras, porque costumamos cavar nosso espaço sem contar com muita empatia”, conclui Fernanda Bastos.

Em 1992, na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana no Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, criou-se a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, onde definiu-se o dia 25 de julho como Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha. No Brasil, oficializou-se a data em 2014, quando a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.987 determinando o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

Tereza de Benguela, foi uma mulher quilombola, rainha e chefe de estado, que viveu no século XVIII no Vale do Guaporé. Ela liderou o Quilombo de Quariterê, no estado do Mato Grosso, que resistiu da década de 1730 até o final do século.

Atividades alusivas ao dia 25

Nesta quinta-feira, acontece uma aula pública, na Esquina Democrática, no centro de Porto Alegre, a partir das 17h. O debate vai contar com a participação de Claudenice Rodrigues (moradora da Ocupação Lanceiros Negros e integrante do Movimento de Mulheres Olga Benario); Carla Zanella (coordenadora da Emancipa Mulher - Escola Feminista e Antirracista, cientista social, graduanda em direito); Tainah Motta do Nascimento (Advogada lesbofeminista antirracista e mestranda em Educação pela Unisinos, pesquisadora da trajetórias de professoras negras lésbicas no ensino público); e Lucia Garcia (Economista e especializada em teoria econômica, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Economia/ UFRGS, técnica do DIEESE e professora da Escola Ciências do Trabalho do DIEESE, coordenadora dos estudos e informativos sobre a inserção da População Negra em mercados de trabalhos metropolitanos, bem como sobre a condição de inserção produtiva das Mulheres Negras).

No sábado (27), acontece o debate “Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e Lei 10.639/03”, no Bar da Carla, na Lobô da Costa, 24, Porto Alegre, a partir das 14h30. A roda de conversa terá a participação de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (professora da rede municipal e criadora e coordenadora do Projeto Meninas Crespas); Perla Santos (professora da

rede estadual, integrante do Coletivo Alicerce); e Karen Santos (vereadora de Porto Alegre pelo PSOL e Procuradora Especial da Mulher na Câmara de Vereadores).

Por Fabiana Reinholz | Edição: Marcelo Ferreira

[Líderes na Câmara agem para reduzir cotas femininas](#)

Projeto prevê diminuir de 30% para 10% representação de mulheres em eleições; comissão também avalia fim de punições para partidos

[\(O Estado de S.Paulo, 24/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Com dificuldades para preencher **cotas de participação feminina em eleições**, líderes de partidos na **Câmara** discutem abrandar as regras para as eleições do ano que vem. Uma das ideias é reduzir de 30% para 10% o percentual mínimo obrigatório de candidatas mulheres a cargos no Legislativo. Outra proposta, já pronta para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), prevê o fim das punições às legendas que não cumprirem a cota.

Para valer em 2020, quando serão escolhidos novos vereadores em mais de cinco mil cidades do País, as medidas precisam ser aprovadas até o início de outubro – isso porque alterações nas regras eleitorais precisam ser feitas até um ano antes da votação.

A proposta mais avançada para abrandar as regras é justamente de uma mulher. A presidente do Podemos, deputada **Renata Abreu** (SP), quer o fim das punições aos partidos caso o número mínimo de candidatas na eleição não seja cumprido. A medida já teve parecer favorável da deputada **Bia Kicis** (PSL-DF) na CCJ.

O partido de Bia é alvo da **Operação Sufrágio Ostentação**, da Polícia Federal, que investiga o uso de mulheres como laranjas na disputa eleitoral do ano passado. A suspeita é de que o diretório de Minas Gerais da legenda tenha registrado candidatas apenas para justificar repasses do fundo eleitoral. O ministro do Turismo, **Marcelo Álvaro Antonio**, presidia o diretório mineiro à época – ele nega irregularidades.

Dos 24 candidatos que não receberam nem um único voto em 2018 – nem o próprio –, 21 eram mulheres. Destas, 17 não arrecadaram nem gastaram nada. **[Na Câmara, a bancada passou de 51 para 77 deputadas.](#)** Apesar do avanço, elas representam apenas 15% dos 584 parlamentares no Congresso Nacional.

“Queremos que os partidos mantenham a busca por candidaturas de cada gênero, mas que não sejam penalizados pelo quadro político que se apresentar em cada pleito”, afirmou Renata ao **Estado**.

Em maio, o Congresso já havia aprovado uma **anistia** para partidos que não cumpriram a exigência de investir ao menos 5% do **Fundo Partidário** na participação feminina na política.

Na ocasião, o projeto foi relatado pelo deputado [Paulinho da Força](#) (SD-SP), líder da bancada do Solidariedade. Ele também defende a alteração nas regras para as próximas eleições.

‘Laranjal’. Segundo deputados do Novo, o presidente da Câmara, [Rodrigo Maia](#) (DEM-RJ), afirmou em reunião na semana passada que pretende colocar propostas de reforma política em pauta após a volta do recesso parlamentar. Procurado nesta terça-feira, 23, ele não foi encontrado.

A proposta de reduzir o percentual mínimo de candidatas mulheres, em vigor desde a disputa de 2010, também é do [Podemos](#). Autor do projeto, o líder do partido na Câmara, **José Nelto** (GO), justifica que a regra atual abre margem para fraudes. “Cada partido terá liberdade para definir seu percentual. A atual legislação favorece ao laranjal. Se continuar assim, 2020 será um festival de laranja como nunca se viu”, afirmou.

Tanto essa como a proposta de acabar com a punição enfrenta resistência na bancada feminina. A líder da frente, a deputada **Professora Dorinha** (DEM-TO), considera “vergonhoso” a Câmara discutir as medidas. “É muito ruim. Em minha opinião, não pode prosperar. Vamos lutar até o final contra esse projeto”, disse a parlamentar.

Sistema eleitoral. Além da discussão sobre as mudanças nas regras para as mulheres, a ideia, de acordo com os presentes na reunião com Maia, é de a Câmara voltar a debater mudanças na forma de se eleger deputados e vereadores, com a implantação do sistema conhecido como [“distritão”](#).

Atualmente, a eleição para o Legislativo se dá pelo sistema proporcional – ou seja, para ser eleito, o candidato depende não apenas dos votos que recebe, mas também dos votos recebidos pelo partido ou coligação. Os assentos parlamentares são distribuídos conforme essa votação partidária.

Pelo chamado “distritão”, os eleitos seriam aqueles deputados e vereadores com maior votação, a exemplo do que ocorre com prefeitos, governadores, senadores e presidente. A medida serviria de transição para um modelo de votação chamado [distrital misto](#), quando parte das cadeiras nas assembleias e câmaras municipais, além da Câmara dos Deputados, seriam destinadas aos mais votados e a outra parte aos eleitos regionalmente nos distritos eleitorais.

“Estamos tentando fazer um acordo de transição para agradar gregos e troianos, aprovando o ‘distritão’ em 2020 e 2022 e, a partir de 2024, o distrital misto”, afirmou o líder do Podemos.

Representação de mulheres na Casa é de 15%

Ainda que a participação feminina no Congresso seja hoje a maior da história, as mulheres ocupam 77 das 513 cadeiras disponíveis na Câmara dos Deputados – o equivalente a 15%. Na Legislatura anterior, esse percentual era de 9,5%.

Três Estados (Amazonas, Maranhão e Sergipe) não possuem nenhuma representante feminina em suas bancadas. Em outros sete Estados, há apenas uma representante do sexo feminino. Na Legislatura anterior, eram cinco os Estados sem nenhuma deputada e outros oito com apenas uma mulher como representante na Câmara.

Já os melhores índices de representatividade feminina são encontrados no Distrito Federal e

Acre, que possuem cinco e quatro deputadas federais, respectivamente. Cada um tem direito a oito deputados. Ou seja, 65,5% das cadeiras da bancada do Distrito Federal são ocupadas por mulheres e, no Acre, a bancada é dividida.

Proporcionalmente, os dois Estados apresentaram o maior aumento da presença de mulheres nas bancadas federais em relação à Legislatura anterior: o DF aumentou de uma para cinco, enquanto no Acre a variação foi de uma para quatro. Já Tocantins, Pará, Ceará, Amazonas e Maranhão, diminuíram sua bancada feminina na Câmara.

No recorte por regiões, o Nordeste tem o pior índice: apenas 12 dos seus 151 assentos na Câmara são ocupados por mulheres - menos de 8%.

Centro-Oeste e Norte possuem as maiores porcentagens de presença feminina na Câmara: 24,3% e 23%, respectivamente. Sudeste e Sul apresentam, cada um, pouco menos de 16% de mulheres entre seus deputados federais.

Por Renato Onofre e Camila Turtelli. Colaboraram Paulo Beraldo e Vinicius Passarelli, especial para O Estado.